

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Tatiana Ferreira de Jesus

IMPACTO DE VARIÁVEIS FAMILIARES E  
SOCIODEMOGRÁFICAS NA  
COPARENTALIDADE:  
ANÁLISE DO PAPEL MEDIADOR DO  
AJUSTAMENTO CONJUGAL

**Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde - Psicoterapias Sistémica e Familiar, orientada pela Professora Doutora Maria Madalena de Carvalho e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.**

Setembro de 2020

Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação  
da Universidade de Coimbra

# Impacto de variáveis familiares e sociodemográficas na coparentalidade: Análise do papel mediador do ajustamento conjugal

Tatiana Ferreira de Jesus

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em  
Psicologia Clínica e da Saúde – Psicoterapias Sistémica e Familiar, orientada pela Professora Doutora  
Maria Madalena de Carvalho e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da  
Universidade de Coimbra.

Setembro de 2020



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA





# Agradecimentos

---

À Professora Doutora Madalena de Carvalho, por ter acreditado em mim ao longo deste processo e por toda a ajuda prestada enquanto orientadora de dissertação de tese de mestrado e como orientadora no local de estágio. Graças a si descobri a paixão pelas famílias e pelos casais.

Ao Professor Doutor Bruno por toda a sua disponibilidade, paciência e simpatia. Obrigada por toda a ajuda dada a nível estatístico.

Aos meus pais por me terem possibilitado fazer este longo caminho e pelo apoio dado durante estes cinco anos e a toda a minha família por acreditar sempre em mim.

Ao meu irmão, João Jesus, e à Goreti por me terem apoiado, encorajado e ouvido em momentos nos quais eu quase duvidei de mim mesma e por toda a motivação que me deram.

O meu grande obrigado à família que Coimbra me deu. À Catarina Pedro, à Filipa Ferreira, à Marisa Taborda, à Margarida Santos, à Liliana Salgueiro e à Mariana Pires, por todos estes anos de amizade, companheirismo, compreensão, apoio e confiança. Obrigada por todos os momentos que jamais irei esquecer.

Um obrigado muito especial à Mariana por toda a sua amizade ao longo destes anos, em especial nesta fase. Obrigada por teres acreditado em mim e por toda a ajuda, disponibilidade e paciência.

À Joana Jorge e à Cátia Santos por estarem sempre presente ao longo da minha vida e por me terem acompanhado neste caminho que escolhi. Obrigada por todas as conversas reconfortantes e por viverem comigo os momentos de menor alegria e as minhas vitórias.

Às minhas companheiras de dissertação de tese de mestrado, Andreia Pereira e Daniela Martins, por toda a partilha emocional e de conhecimentos, e por todo o companheirismo. Um especial obrigado à Daniela, por todo o apoio, disponibilidade e interajuda dada também no local de estágio.

A todas as pessoas que responderam ao protocolo de investigação, pois sem elas não teria sido possível.

Às pessoas que foram aparecendo na minha vida ao longo destes anos, e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para eu ser a pessoa que sou hoje.

À cidade de Coimbra que ficará para sempre no meu coração.

Obrigada vida.

## Resumo

---

O presente estudo tem como foco de investigação a análise do papel mediador do ajustamento conjugal na relação entre variáveis sociodemográficas e familiares (idade da mãe, idade do pai, e número de filhos) e a coparentalidade, nomeadamente nas suas três dimensões, cooperação, triangulação e conflito. Os restantes objetivos têm a finalidade compreender se existem relações entre as variáveis sociodemográficas e familiares estudadas com a coparentalidade, se as variáveis sociodemográficas e familiares predizem o ajustamento conjugal, e se este é um preditor para a coparentalidade.

Para tal, realizou-se um estudo empírico com uma amostra composta por 123 sujeitos portugueses do sexo feminino, heterossexuais, com idades compreendidas entre os 23 aos 47 anos ( $M=34.41$ ,  $DP=5.544$ ), pertencentes a famílias nucleares intactas. Os dados foram recolhidos através do método de inquérito, por questionário em formato físico (papel) e em formato *online*. Foram aplicados o Questionário de Coparentalidade - QC (Pedro & Ribeiro, 2008) e a Escala de Ajustamento Mútuo – DAS (Lourenço & Relvas, 2003). Os resultados mostraram que não existe qualquer efeito de mediação, ficando apenas comprovada a relação entre idade do pai e a dimensão cooperação, referente à variável coparentalidade, sendo também corroborada a hipótese do efeito preditor da variável ajustamento conjugal na coparentalidade, em todas as suas dimensões (cooperação, triangulação, e conflito).

Foi evidente a falta de literatura relativa a alguns tópicos abordados neste trabalho. O atual estudo poderá catapultar futuras investigações e permitir uma maior compreensão para a prática, nomeadamente a intervenção clínica.

*Palavras-chave:* Coparentalidade, ajustamento conjugal, filhos em idade pré-escolar, número de filhos, idade do pai/mãe

# Abstract

---

The present research analyses the mediating role of marital adjustment in the relation between sociodemographic/family variables (age of mother, age of father, and number of children) and coparenting, specifically in its three dimensions: cooperation, triangulation, and conflict. The remaining objectives intend to understand whether there is a relationship between the sociodemographic and family variables studied with coparenting, as well as the sociodemographic and family variables in predicting marital adjustment, and if whether the marital adjustment is a predictor for coparenting.

For this purpose, an empirical study was carried out with a sample of 123 Portuguese heterosexual female subjects, aged between 23 to 47 years ( $M = 34.41$ ,  $SD = 5.544$ ), belonging to intact nuclear families. The data was collected using inquiry in the physical format (paper) and in online format. They were the Coparenting Questionnaire - QC (Pedro & Ribeiro, 2008) and the Mutual Adjustment Scale - DAS (Lourenço & Relvas, 2003). The results show the inexistence of mediation effects, just getting proven the relationship between the father's age and cooperation dimension, referring to the coparenting variable, and the hypothesis of the predictive effect of the marital adjustment variable in coparenting, in all its dimensions, is also corroborated (cooperation, triangulation, and conflict).

The lack of literature about the topics analysed was evident. The current study may unleash more investigation, allowing a greater understanding for the practice, for instance in the clinical intervention.

*Keywords:* Coparenting, marital adjustment, preschool children, number of children, father / mother age

# Índice

---

Introdução.....	1
I - Enquadramento conceptual.....	3
Família com filhos pequenos.....	3
Ajustamento conjugal.....	4
Coparentalidade.....	6
Relação entre ajustamento conjugal e coparentalidade.....	10
II - Objetivos.....	12
III - Método.....	14
Amostra.....	14
Procedimentos de recolha de dados.....	18
Instrumentos e procedimentos de investigação adotados.....	18
Questionário Sociodemográfico e de Dados Familiares e Complementares.....	19
Questionário de Coparentalidade - QC (Pedro & Ribeiro, 2008).....	19
Escala de Ajustamento Mútuo - DAS (Lourenço & Relvas, 2003).....	19
Procedimentos de análise de dados.....	20
IV - Resultados.....	22
Qualidade psicométricas das medidas.....	22
Testes de hipóteses.....	23
V - Discussão.....	29
VI - Conclusão.....	32



Bibliografia.....	34
Anexos.....	42
Anexo A: Protocolo de investigação.....	43

## Introdução

---

A transição saudável de uma díade conjugal sem filhos para uma com filhos exige novas negociações, transformações e reorganização da vida enquanto casal (Prati & Koller, 2011; Levy-Shiff, 1994). A paternidade implica novos papéis e o estabelecimento de um relacionamento satisfatório com a criança mas, em simultâneo, um relacionamento com o parceiro que seja igualmente satisfatório (Elek et al., 2002). É necessário ter em conta que ambas as relações estão correlacionadas, acabando por exercer efeito na coparentalidade (Braz et al., 2005; Erel & Burman, 1995). Quanto maior o envolvimento afetivo em casal, mais aspetos positivos serão transmitidos para a parentalidade (Menezes & Lopes, 2007). A qualidade da relação conjugal acaba, assim, por se manifestar interdependente da parental, durante a infância da criança (Goldberg & Easterbrooks, 1984). Existem autores que defendem que as emoções negativas na relação conjugal têm consequências negativas na família, caracterizando-se por um menor investimento familiar e um menor auxílio entre mãe e pai, na educação da criança (Ingber & Most, 2012). Segundo Augustin, e Frizzo (2015), a coparentalidade influencia e é influenciada pelos vários tipos de relações, dos quais, relações individuais, conjugais e parentais.

É necessário diferenciar a relação parental, relacionada com os filhos (Minuchin & Fishman, 2004), da conjugal, focalizada na relação de casal, assim como da relação coparental, que se relaciona com a tríade mãe, pai e filho (Böing & Crepaldi, 2016), acabando por um elemento do par parental estar mais presente nesta relação (Christopher et al., 2015). Por norma, e historicamente, é o elemento do sexo feminino que investe mais no cuidado da criança, no entanto e cada vez mais, o sexo masculino se tem vindo a dedicar mais a esta tarefa (Hartmann et al., 2012).

Na literatura por nós consultada, a variável idade do pai foi considerada como relevante para o envolvimento com o filho. Segundo os autores Monteiro e colaboradores (2017), o pai mais velho demonstra envolver-se menos em atividades de carácter mais lúdico e de lazer, algo essencial em idade pré-escolar. McGill (2014) concluiu que um pai mais jovem dedica-se mais às novas paternidades, acabando por usufruir de mais tempo com a família e com o filho. No seu estudo, Lima (2008), evidenciou que um pai mais velho tem uma maior disponibilidade para se envolver com o seu filho em idade pré-escolar. Contudo, existem autores (Simões et. al., 2010) que não comprovaram a existência de uma relação entre estas duas variáveis nesta fase. O número de filhos, segundo a literatura, tem impacto na satisfação conjugal, devido às várias alterações na dinâmica de casal, nomeante nas relações sexuais e na capacidade financeira (Twenge et al., 2003). Porém, Marini (1980) concluiu, na sua investigação, que o número de filhos não afeta diretamente o

casal, mas regista que quantos mais filhos o casal tiver maiores serão as exigências a vários níveis, como tempo e energia.

O presente trabalho tem como objetivo principal perceber se existe efeito mediador do ajustamento conjugal na relação entre variáveis sociodemográficas e familiares (idade da mãe, idade do pai e número de filhos) e a variável coparentalidade, nas suas três dimensões (cooperação, triangulação e conflito). Os restantes objetivos passam por compreender se existe relação entre as variáveis sociodemográficas e familiares com a coparentalidade, se as primeiras são preditoras do ajustamento conjugal e, por fim, se este é um preditor para a coparentalidade.

A presente dissertação tem como finalidade contribuir para a área da intervenção e futura investigação, num contexto em que o tema em estudo e as várias relações que se investigam se encontram pouco abordadas e exploradas.

# I - Enquadramento conceptual

---

## Família com filhos pequenos

O nascimento de um filho, mesmo este sendo planeado, é um evento que pode causar *stress* à relação conjugal (Menezes & Lopes, 2007). Irrompe um novo sistema: o parental. A transição do foco da conjugalidade para a parentalidade é um momento de grandes mudanças e desafios, surgindo a necessidade de novas negociações, nomeadamente ao nível da relação conjugal (Prati & Koller, 2011).

A etapa do ciclo de vida de família com filhos pequenos é exigente e requer uma grande capacidade de negociação, por parte dos casal/pais, pois ocorrem mudanças significativas para a família nuclear e ao seu redor. Desta forma, este momento de crise esperada, pode trazer *stress* e tensão para a família, nomeadamente à díade conjugal (McGoldrick et al., 2015). Ao longo do crescimento e desenvolvimento da criança, a coparentalidade vai sofrendo transformações, de forma a conseguir adaptar-se às alterações e exigências, consequentes do crescimento dos filhos (Augustin & Frizzo, 2015). Esta fase é caracterizada por um movimento centrífugo, ao contrário da fase anterior, formação do casal, existindo uma maior abertura do sistema familiar. A família nuclear fica mais recetiva às famílias de origem e à comunidade. Nesta fase é necessário delimitar limites e fronteiras entre os vários sistemas e subsistemas. Cada elemento da díade parental traz consigo dois modelos de parentalidade, provenientes das respetivas famílias de origem, em especial, dos seus pais, tendo o novo par parental como alicerce quatro formas de exercer a parentalidade. A negociação é necessária para conseguirem encontrar a sua forma de serem pais, num registo de relações verticais onde os pais são detentores do poder e de uma posição *one-up* (Alarcão, 2002).

Ao nível de rotinas de casa do sistema parental, os pais homens relatam mudanças no seu envolvimento, todavia são as mães que mais reportam, dado que, por norma, assumem sozinhas a lida doméstica, os cuidados do bebé/filho pequeno e do marido. Estas múltiplas funções, juntamente com a sua vida pública, atividade profissional e o desequilíbrio das responsabilidades domésticas, acabam por caracterizar, ainda, a norma do casamento na atualidade (Albertuni & Stengel, 2016). A ideia de que a mulher tem de ceder a sua vida para cuidar dos outros, em particular dos filhos, ainda se encontra presente (Rocha & Fensterseifer, 2019).

No que toca à relação conjugal, com a diminuição do tempo para díade conjugal, esta pode sofrer algumas dificuldades com os problemas do quotidiano, como ter medo de errar com o outro e sofrer com a diminuição da intimidade (Ahlborg et al., 2005). Pode haver a formação de uma ligação mais profunda entre

a mãe e a criança, que se pode sobrepor à díade conjugal. O aparecimento de um terceiro elemento muda a dinâmica familiar, nomeadamente do casal (Alarcão, 2002).

Quando nasce um novo filho a dinâmica familiar volta a alterar-se. Existem novas alianças, triangulações e, eventualmente, coligações. Os papéis adotados são os mesmos, contudo nenhum pai ou mãe tem o mesmo desempenho, na sua forma de agir, com cada um dos filhos. Com um novo membro surgirá um novo subsistema, o fraternal. Neste existe espaço para o treino de relações horizontais e aprendizagens sociais, como por exemplo a solidariedade e a competição, no mesmo nível de poder. Também será importante para desenvolver cumplicidade e companheirismo (Alarcão, 2002).

## Ajustamento conjugal

A mudança para a conjugalidade traz grandes transformações, todavia reorganizar a vida de casal, após a chegada de um filho, exige ajuste na díade conjugal (Levy-Shiff, 1994). Cada par conjugal tem as suas especificidades, devido às diferenças individuais de cada elemento, o que faz com que a adaptação a esta transição varie consoante as especificidades de cada casal (Cowan et al., 1985; Feldman & Nash, 1984).

Para Olson (2000) a dinâmica de casal é composta por três dimensões: coesão, comunicação e adaptabilidade. A comunicação é identificada como o elo entre as restantes. Markman e colaboradores (2010) defendem que uma comunicação “negativa” na relação conjugal se encontra associada a problemas conjugais e ao divórcio. No entanto, podem existir casamentos estáveis, mas que não são satisfatórios na totalidade, com uma comunicação “negativa”, mas em que os cônjuges optam por continuar como casal por vários motivos, entre os quais crenças religiosas, divisão de bens e medo de mudança (Norgren et al., 2004). A comunicação é um construto que se encontra presente nas relações conjugais, influenciando-as de modo a promover uma maior satisfação e intimidade, podendo ter, também, o efeito contrário, proporcionando um afastamento (Bereza et al., 2005). O tipo de comunicação que o casal tem será importante para a sua adaptação ao longo do ciclo vital (Luz & Mosmann, 2018). O sexo masculino está cada vez mais a empenhar-se no planeamento da família e do cuidado dos filhos, o que faz com que a comunicação seja diferente. Esta participação tem efeitos positivos nos padrões comunicacionais e, posteriormente, na relação conjugal (Hartmann et al., 2012).

Os padrões socioemocionais conjugais sofrem alterações com a chegada de um novo elemento. Por exemplo, existe uma tendência para diminuir a realização de atividades de lazer e diminuir a forma “positiva” como os elementos do casal se comportam um com o outro, enquanto que a quantidade de conflitos tende a aumentar (Belsky et al., 1983). Esta diminuição no ajuste e na satisfação conjugal pode ser uma consequência da diminuição do tempo e da energia para estar em casal (Levy-Shiff, 1994).

A coesão conjugal pode ser relacionada à conexão que existe entre os dois elementos do subsistema conjugal, nomeadamente à aproximação que existe entre ambos. Quanto maiores são os níveis de adaptabilidade, mais equilibrada será a coesão, originando melhores níveis de funcionamento, ao longo do ciclo vital (Olson, 2000). Bons níveis de coesão traduzem-se na capacidade de o casal conseguir manter a interdependência e, simultaneamente, estimar o tempo que usufruem juntos, dividindo aspetos de vida a dois. Níveis altos de adaptabilidade e coesão origina uma maior satisfação conjugal, podendo haver uma resolução mais eficaz de problemas, originado baixo conflito e agressão (Mosmann & Wagner, 2008).

Devido à componente profissional o casal contemporâneo tem a tendência de dividir as tarefas domésticas. Esta divisão supõe bons níveis de adaptabilidade, a fim de a divisão ser realizada de forma equilibrada (Heckler & Mosmann, 2016). O horário de trabalho e o *status* de emprego são variáveis a ter em conta quando é realizada a divisão de tarefas, por género (Monteiro et al., 2017). Jablonski (2010), na sua investigação, evidenciou que ambos os géneros se idealizam como participativos nas tarefas. Através deste estudo, é possível patentear que os homens estão mais envolvidos nas lides domésticas, que no passado, contudo num papel de coadjuvantes das mulheres, sendo entendidos como assistentes. Existe uma grande heterogeneidade entre os casais relativamente à divisão de tarefas. Existem casais onde o homem assume a maior responsabilidade pelas tarefas domésticas, em outros é a mulher e, por fim, casais onde existe uma divisão igualitária. A disponibilidade de cada sujeito do par conjugal acaba por ser um elemento decisivo na realização das tarefas, sendo evidente que as modificações culturais estão a tornar-se internalizadas, principalmente pelos adultos jovens (Heckler & Mosmann, 2016).

Segundo a literatura, o número de filhos é um determinante com impacto na satisfação conjugal. Esta variável tem repercussões negativas na satisfação. Quantos mais filhos, menor será a satisfação conjugal. Possíveis leituras deste dado prendem-se pelas alterações na dinâmica das relações sexuais e pela capacidade financeira da família (Twenge et al., 2003). A presença de um ou mais filhos modifica a dinâmica da relação conjugal, tendo como consequência a redução da satisfação conjugal. Todavia, segundo Marini (1980), o número de filhos não tem consequências diretas no casal. Uma possível explicação para que haja uma relação negativa entre a presença de filhos e a satisfação conjugal, é por estes serem um motivo para os pais continuarem juntos, enquanto casal. Guo e Huang (2005) referem uma correlação positiva entre o número de filhos e a satisfação conjugal nas famílias chinesas. Segundo estes autores, os países ocidentais têm uma visão negativa do impacto do número de filhos na satisfação conjugal, enquanto nos orientais existe uma relação positiva. Segundo a literatura, quantos mais filhos um casal tem maior serão as exigências a nível de tempo e de energia que os pais têm de despender (Marini, 1980). Quando as famílias têm dois filhos o envolvimento e a satisfação conjugal podem não ser tão fortes (Lee & Doherty, 2007). Assim sendo, um maior número de filhos pode ter como consequência menos tempo de interação em casal (Harris & Morgan, 1991). Em relação ao ajustamento conjugal, Figley (1973) não verificou uma relação entre o número de filhos e o ajustamento conjugal. Um estudo marroquino concluiu que as mulheres quando têm quatro ou

mais filhos acabam por sofrer consequências negativas no desejo sexual, algo que não acontece com mulheres com menos filhos (Kadri et al., 2002). Num outro estudo, realizado no Canadá, não se encontrou relação entre o número de filhos e o desejo sexual (Gruszecki et al., 2005).

## Coparentalidade

Mesmo que o par parental esteja separado existe coparentalidade, pois esta é relacionada com a forma como os dois pais se relacionam no seu papel de cuidadores. Por isso, esta não deve de ser confundida com conjugalidade ou parentalidade. A coparentalidade é referente, apenas, a temáticas que envolvem os filhos, não envolvendo outros subsistemas familiares ou a vida do casal (Margolin et al., 2001), ou seja, é relativa à dinâmica da tríade mãe, pai e filho (Böing & Crepaldi, 2016). Por norma, um elemento do par parental acaba por estar mais envolvido (Christopher et al., 2015). Quando ocorre o divórcio, a coparentalidade é influenciada pelo vínculo emocional estabelecido entre pais e filhos e pelas características da conjugalidade. A fim de conseguir alcançar uma relação mais colaborativa e satisfatória, é necessário ter um bom relacionamento com o par parental e com os filhos (Grzybowski & Wagner, 2010).

Sabemos que a coparentalidade na infância tem características específicas. O objetivo é atender às necessidades básicas da criança. Posteriormente, a socialização torna-se o novo foco, juntamente com as necessidades básicas. Com a tomada de consciência social, por parte da criança, os pais serão os orientadores do seu comportamento estabelecendo limites. Com o crescimento da criança esta começa a perceber o tipo de coparentalidade que existe entre os pais (Christopher et al., 2015).

Existem várias definições possíveis para este conceito, por se tratar de um construto multidimensional. Segundo Margolin e colaboradores (2001), a coparentalidade é entendida tendo em conta três dimensões: conflito, cooperação e triangulação entre mãe, filho e pai. A primeira é relacionada com o conflito relativamente a temáticas da parentalidade, que envolve ambas as figuras. Esta dimensão tem em conta a frequência do conflito, a sua severidade e o número de vezes que ocorrem os desentendimentos, em relação a todas as temáticas que envolve o filho. Também se tem em conta as possíveis tentativas de sabotar ou enfraquecer a relação que o outro elemento tem com o filho. A segunda dimensão, cooperação, refere-se ao apoio, respeito e valorização que existe entre as figuras parentais. Já a última, a dimensão da triangulação, é caracterizada pela exclusão ou enfraquecimento do outro perante o filho (Kerig, 2005). A criança acaba por fazer parte do conflito existente entre os seus pais, participando deste enquanto elemento que passa informação entre ambas as figuras, podendo funcionar também como confidente (Buchanan et. al., 1991).

Para os autores Van Egeren e Hawkins (2004), existe relação coparental quando dois ou mais indivíduos assumem a responsabilidade conjunta de cuidar de uma criança. A sua definição inclui qualquer

tipo de configuração familiar e qualquer condição sexual e civil, independentemente se o filho é adotado. Estes autores defendem que a coparentalidade é composta por uma estrutura externa e interna. A primeira é relacionada com os elementos que pertencem à díade coparental e onde e quando ocorrem as suas interações. A dimensão interna engloba todas as dimensões intraindividuais e intrafamiliares, como valores, ações, sentimentos e atitudes. Esta formulação compreende que existe coparentalidade em todas as famílias onde existam filhos.

Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade é o modo como as figuras parentais se apoiam e coordenam no educar e cuidar da criança, enquanto cuidadores. Para o autor existem quatro componentes que constituem a coparentalidade: apoio *versus* depreciação coparental; acordo em relação à educação dos filhos; divisão do trabalho parental; e gestão familiar. O primeiro é relacionado com o apoio prestado, valorização e respeito pelas competências do outro no seu papel parental. O inverso tem como base críticas, culpabilização e menosprezo do outro. A educação dos filhos é referente com o grau de concordância em temáticas alusivas ao filho como, por exemplo, em relação a valores morais, disciplina a nível comportamental, necessidades emocionais, segurança e educação. A divisão de trabalho parental consiste na divisão de tarefas e responsabilidades, desde pequenas coisas do dia-a-dia, como as tarefas domésticas e cuidados ao filho, até a questões médicas, financeiras e jurídicas. Por último, a gestão familiar, que se traduz no equilíbrio nas interações dos elementos da família, a comunicação entre os pais, controlo sobre os seus comportamentos e a definição de limites entre estes e os seus filhos. Alguns fatores que influenciam a coparentalidade são de carácter extrafamiliares, nomeadamente suporte social, questões de carácter económico e profissional.

Segundo a autora McHale (1995), a coparentalidade tem duas dimensões: coparentalidade cooperativa ou de apoio e coparentalidade competitiva ou prejudicial. Esta pode ser analisada tendo em conta a qualidade, relacionada com a coparentalidade cooperativa ou competitiva, e avaliada relativamente à sua dinâmica, isto é, a função de cada elemento. Na coparentalidade de apoio existe respeito pela autoridade dos dois elementos e cooperação na interação com o filho. Já na coparentalidade competitiva ou prejudicial existem críticas, menosprezo e atribuição de culpas, acabando por ambos competirem pela atenção da criança, acabando por desconsiderar a autoridade do outro elemento (Jia & Schoppe-Sullivan, 2011).

Este construto também pode ser entendido como a partilha da parentalidade, em particular, partilha nas responsabilidades, liderança, apoio e tarefas (Augustin & Frizzo, 2015). No que concerne a esta temática, Feinberg (2003) defende que a divisão de papéis e tarefas não é necessariamente dividida de igual forma, no que toca a responsabilidades e autoridade. Este ajustamento é feito pela díade parental, que acaba por ser um reflexo da influência do contexto sociocultural, onde está inserida. A crença em relação às diferenças de género tem um papel bastante importante. As conceções que o pai tem, em relação às diferenças de género, tem impacto no seu envolvimento nos primeiros meses de vida da criança (Beitel &



Parke, 1998) e na idade pré-escolar (McBride & Rane, 1997). A literatura defende que se devem de ter em conta as crenças, atitudes e comportamentos maternos face ao papel do pai (Schoppe-Sullivan et al., 2008), pois a mãe poderá funcionar como reguladora do papel paterno, no seio da família, favorecendo ou restringindo a sua participação (McBride & Rane, 1997). O envolvimento paterno, em idade pré-escolar está, assim, positivamente relacionado com as perceções do pai relativamente às avaliações das mães em relação ao pai como cuidador (Maurer & Pleck, 2006). O facto de a mãe que não acreditar nas competências do pai, para cuidar do filho, acaba por ter consequências negativas na iniciativa de envolvimento. Assim, terá um efeito desfavorável na sua capacidade de autoeficácia, enquanto pais, e resultará na diminuição da satisfação no relacionamento conjugal (Tremblay & Pierce, 2011).

É necessário realçar que, ao longo dos anos as construções sociais foram evoluindo (Schneider & Ingram 1993). Se a figura paterna já foi caracterizada como uma figura agressiva, de masculinidade e desapego emocional (Maskalan, 2016), era o “chefe de família” e a mãe cuidadora do lar e das crianças (McGill, 2014), atualmente o pai é visto também como cuidador (Monteiro et al., 2017). No entanto, depende se o pai tem uma perspetiva menos tradicionalista ou não do seu papel enquanto pai. Quanto menos tradicionalista for, maior o afeto (McBride et al., 2004) e responsabilidades como cuidador terá (Jacobs & Kelley, 2006).

A União Europeia tem promovido ativamente a igualdade de género (Hearn & Pringle 2006). Estas preocupações e mudanças acabam por se refletir nos comportamentos domésticos, modificando as perceções sobre as atitudes de género e questões sociodemográficas, nomeadamente no mercado de trabalho, com uma maior participação das mulheres (Gregory & Milner, 2011). Com todas estas alterações, o papel de género também tem vindo a sofrer modificações, assim como as expectativas acerca do papel que o pai e a mãe desempenham no ambiente familiar e laboral (Monteiro et al., 2015). É expectável que, cada vez mais, o pai tenha um papel igual no envolvimento com os filhos (McGill, 2014). A intervenção política pode ser decisiva na temática da coparentalidade, através da promoção de direitos e responsabilidades, alterando as premissas sobre a natureza do género, nomeadamente a nível de horário de trabalho e da licença de paternidade (Gregory & Milner, 2011). O objetivo político poderá passar por mudar a divisão do trabalho, em relação ao cuidado com os bebés e crianças pequenas (Brandth & Kvande 2009). A licença de paternidade teve um grande impacto, trazendo benefícios para as famílias. Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) garantem a licença remunerada aos pais (Petts, 2018), incluindo Portugal. Com a licença de paternidade os pais usufruem de mais tempo para estabelecer laços com os filhos e aprender a sua função parental (Rehel 2014; Tanaka & Waldfogel 2007). Desta forma, o par parental poderá aprender a dividir tarefas, existindo uma maior igualdade (Gerson 2010; Pedulla & Thébaud 2015).

Por norma, o homem dedica-se a aspetos com um carácter de maior diversão e a mulher com as restantes responsabilidades. Quando comparado com a mãe, o pai está menos envolvido nos cuidados com

a criança, especialmente no que toca à administração familiar, no entanto são igualmente ativos no ensino, brincadeiras, disciplina e atividades de lazer ao ar livre (Torres et al., 2014). Pimenta e colaboradores (2010) apontam para as mesmas observações. Já os autores Monteiro e colaboradores (2017) constataram que os homens continuam a envolverem-se menos do que as mulheres, sobretudo nos cuidados diretos (por exemplo, alimentação e ajudar nos trabalhos de casa) e indiretos, no que toca a ensino, disciplina e lazer ao ar livre. Apenas em atividades de brincadeira é que ambos os progenitores se encontram com o mesmo nível de envolvimento. O estudo de Jablonski (2010) demonstrou evidência empírica de que os homens se dedicavam mais aos cuidados com os filhos, do que propriamente às tarefas domésticas.

Segundo a autora Van Egeren (2004), a mãe e o pai experienciam a coparentalidade de formas distintas, em particular nas questões relativas aos comportamentos e sentimentos, nesta relação em particular. O pai, por norma, apresenta-se mais satisfeito com a relação de coparentalidade, em comparação com a mãe. Este resultado poderá ser devido à falta de apoio que esta sente por parte do género masculino, dedicando-se a um maior número de tarefas do que o esperado, enquanto o pai acaba por fazer menos tarefas do que tinha imaginado.

O igualitarismo encontra-se positivamente associado a um relacionamento de maior qualidade entre os parceiros (Carlson et al., 2018). Tal acontece porque, nos dias de hoje, existe uma exigência social para que o pai exerça uma paternidade mais presente e ativa (Cúnico & Arpini, 2013). Todavia, mesmo tendo havido alterações nesta temática, no estudo de Mozzaquatro e Arpini (2017) o sexo feminino referencia que as mulheres são as responsáveis pela família e os homens são menos participativos, revelando, assim, estereotipização dos géneros. Mesmo com as várias alterações, o padrão da família portuguesa continua a refletir os padrões tradicionais, sendo a mãe a primeira prestadora de cuidados (Novo & Prada, 2015). No entanto, não é percecionado como ideal, mas sim associado a baixos níveis de escolaridade e ao desemprego (Escobedo & Wall, 2015).

A relação coparental, assim como a relação parental e conjugal têm consequências no desenvolvimento dos filhos (Feinberg, 2003). A relação parental tem funções que consistem na educação, socialização e nutrição dos filhos (Minuchin & Fishman, 2004), enquanto a conjugalidade é direcionada para a relação de casal, para o parceiro e para o próprio elemento enquanto cônjuge. As duas relações estão correlacionadas, interferindo na coparentalidade (Braz et al., 2005; Erel & Burman, 1995). Quanto maior for o envolvimento em termos afetivos entre o casal, maior será a transição de aspetos positivos para a parentalidade, demonstrando um maior envolvimento paterno (Menezes & Lopes, 2007), influenciando as práticas educativas (Braz et al., 2005). Desta forma, a coparentalidade influencia e é influenciada pelas relações parentais, conjugais e individuais dos elementos da família (Augustin, & Frizzo, 2015).

A idade do pai pode ser entendida como um fator de peso no envolvimento com os filhos. Monteiro e colaboradores (2017) concluíram que os pais mais velhos se encontravam menos envolvidos nas atividades de lazer e lúdicas, atividades que se sabe são essenciais na idade pré-escolar. A literatura defende que

homens mais jovens apostam nas “novas paternidades”, independentemente das horas de trabalho, passando mais tempo com os filhos e com a família, após o nascimento da primeira criança (McGill, 2014). Já Lima (2008) chega à conclusão de que pais mais velhos se encontram mais disponíveis para se envolverem com crianças em idade pré-escolar. O comportamento paterno acaba, assim, por influenciar os processos familiares e a coparentalidade (Arditti & Michaelena, 1994). A nível da variável idade, Simões e colaboradores (2010) não encontraram evidências de que esta seja um preditor.

## Relação entre ajustamento conjugal e coparentalidade

Vários autores concluíram que o período de transição para a paternidade tem como consequência o declínio da satisfação geral dos casais (Belsky et al., 1985; Belsky & Pensky, 1988; Cowan et al., 1985; Levy-Shiff, 1994). Evidências empíricas demonstram um declínio na satisfação conjugal paterna e um acréscimo nos conflitos entre o casal após o nascimento de um filho (Christopher et al., 2015). A componente romântica do relacionamento diminui e a noção de cooperação e parceria aumenta (Belsky et al., 1983). A satisfação conjugal prevê a coparentalidade, logo o subsistema conjugal tem repercussões no subsistema coparental (Christopher et al., 2015). Segundo Goldberg e Easterbrooks (1984), a qualidade da relação conjugal é interdependente da parental, durante a infância da criança. Os autores Ingber e Most (2012) seguem a mesma perspetiva, defendendo que emoções negativas entre os cônjuges têm como consequência um menor investimento na família e menor envolvimento a auxiliar o outro cônjuge, na educação da criança.

Para os homens a satisfação conjugal tende a diminuir com a transição para a paternidade (Mitnick et al., 2009), pois ocorrem várias mudanças, nomeadamente nas tarefas domésticas e no cuidado do bebé. O conflito conjugal pode ocorrer quando existem críticas em relação às contribuições do pai com a criança ou com as tarefas domésticas, fazendo com que o homem comece a sentir-se insatisfeito a nível conjugal. Coparentalidade cooperativa está associada a menos conflito e a um maior apoio por parte do pai. Assim, a mãe poderá ser menos crítica em relação à coparentalidade resultando num maior apoio do pai à mãe. Quanto maior for o conflito conjugal maior tendência será para o pai se afastar da relação de coparentalidade (Christopher et al., 2015).

Para DeMaris e colaboradores (2013), uma maior participação nos cuidados infantis, por parte do pai, traduz-se num menor agravamento de conflitos entre o casal. Um pai que se dedique ao seu papel familiar, de uma forma “positiva”, acaba por aceitar as dificuldades inerentes mais facilmente, tendo como consequência um menor declínio conjugal (Levy-Shiff, 1994). Um casamento onde seja saliente a solidariedade, colaboração e comprometimento acaba por ter consequências positivas para um maior envolvimento da figura masculina. Este envolvimento é entendido pela parceira como uma demonstração

de amor por si (Doherty et al., 1998). Desta forma, o envolvimento do pai afeta diretamente o relacionamento conjugal, pois é percebido pela mãe como um ato de amor e de carinho para com ela própria (Levy-Shiff, 1994). Para os homens existe uma coesão nos papéis familiares, estando a parentalidade ativa associada a menores dificuldades parentais ou conjugais (Goldberg et al., 1985).

O conflito conjugal pressupõe uma oposição, identificada como uma fonte de dificuldade no relacionamento e podendo originar rupturas (Mosmann & Wagner, 2008). Quando existe um conflito conjugal o pai é mais afetado negativamente do que a mãe, com consequências na paternidade. Uma possível leitura poderá ser por a mãe ser entendida como cuidadora principal e o pai como secundário, acabando este por confiar na parceira, envolvendo-se menos enquanto pai (Christopher et al., 2015).

A divisão de tarefas e as mudanças na qualidade da relação conjugal têm efeitos na forma como o pai se vai envolver (Lee & Doherty, 2007). Estas diferenças nas tarefas domésticas têm repercussão, podendo resultar num esgotamento emocional e físico, originando sentimentos negativos dirigidos ao par conjugal (Levy-Shiff, 1994). Assim sendo, um nível mais baixo de envolvimento paterno pode resultar num aumento do volume de tarefas domésticas, originando conflito e insatisfação. Em contrapartida, um maior nível de envolvimento pode fazer com que aumente o consenso conjugal, relativo à dinâmica familiar e à alocação de responsabilidades (Leventhal-Belfer et al., 1992), traduzindo-se em satisfação conjugal (Levy-Shiff, 1994). Segundo os autores Bahr e colaboradores (1983), quando existe consenso na divisão compartilhada de trabalho, responsabilidade e papéis, acaba por existir manutenção de um relacionamento íntimo contínuo e satisfatório. Com o maior envolvimento paterno, diminuirá a sobrecarga do sexo feminino, podendo as mães usufruir de mais tempo para participarem em outras atividades. Esta realidade tem consequências positivas a nível emocional, aumentando a empatia e compreensão, por parte do pai, sobre as dificuldades sentidas pela mãe, abrandando o declínio da satisfação conjugal (Levy-Shiff, 1994).

## II - Objetivos

---

O presente estudo pretende investigar o impacto de variáveis sociodemográficas e familiares na coparentalidade (QC), tendo em conta o papel mediador do ajustamento conjugal (DAS). Os restantes objetivos passam por perceber se existem relações entre algumas variáveis sociodemográficas e familiares com a coparentalidade, se as variáveis sociodemográficas e familiares estudadas predizem o ajustamento conjugal, e se este é um preditor para a coparentalidade. As hipóteses formuladas são:

**Hipótese 1:** Existe uma relação entre a variável idade do pai e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

**Hipótese 2:** Existe uma relação entre a variável idade da mãe e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

**Hipótese 3:** Existe uma relação entre a variável número de filhos e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

**Hipótese 4:** A idade do pai é um preditor para o ajustamento na relação conjugal.

**Hipótese 5:** A idade da mãe é um preditor para o ajustamento na relação conjugal.

**Hipótese 6:** O número de filhos é um preditor para o ajustamento na relação conjugal.

**Hipótese 7:** O ajustamento conjugal é um preditor para a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

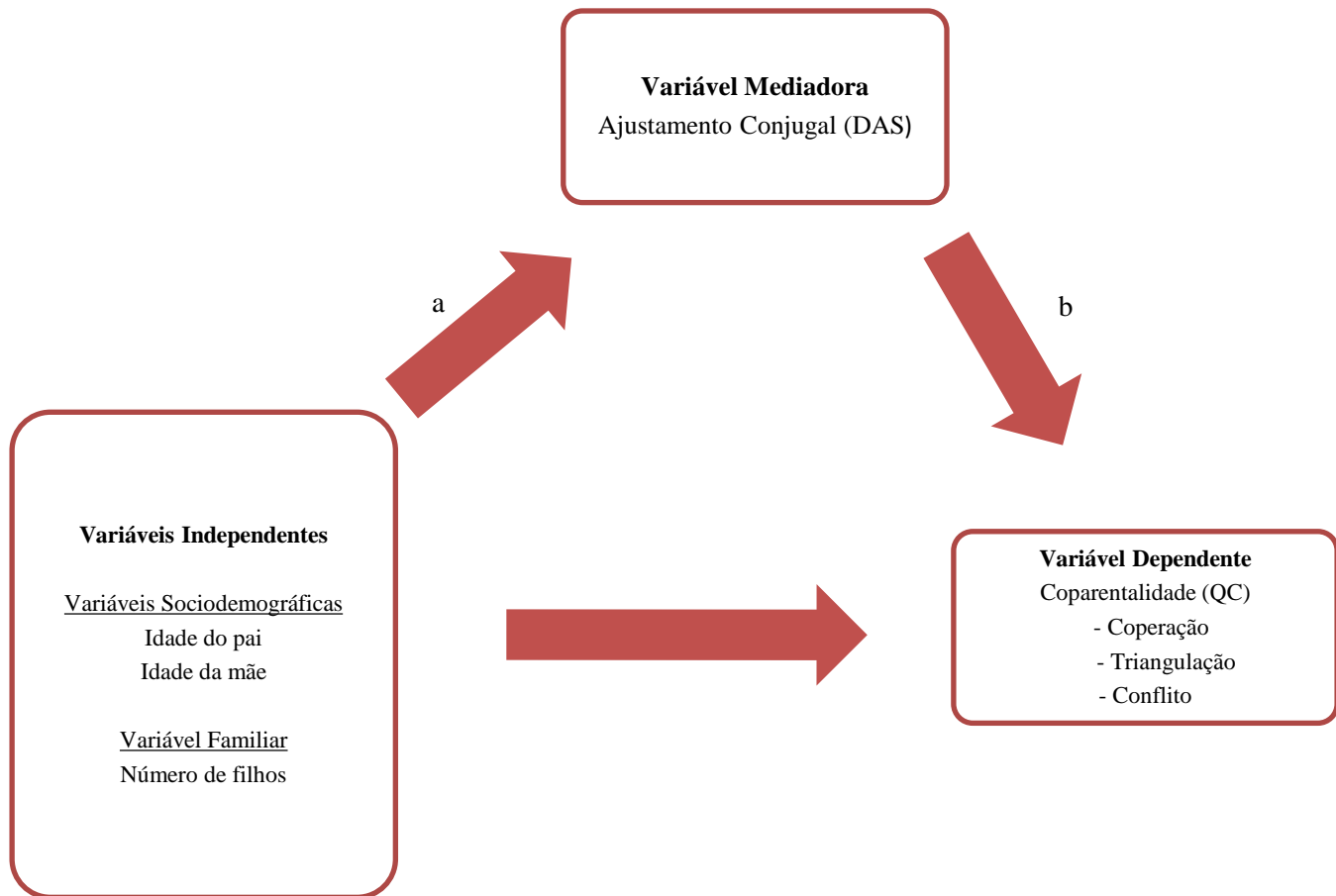
**Hipótese 8:** O ajustamento conjugal medeia a relação entre a idade do pai e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

**Hipótese 9:** O ajustamento conjugal medeia a relação entre a idade da mãe e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

**Hipótese 10:** O ajustamento conjugal medeia a relação entre o número de filhos e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito).

## Figura 1

Visão global das variáveis em estudo e do modelo de mediação simples hipotetizado



## III - Método

---

### Amostra

A amostra é constituída por um total de 123 sujeitos, todos eles pertencentes ao sexo feminino, a famílias nucleares intactas e a casais heterossexuais. As idades das respondentes oscilam entre os 23 aos 47 anos ( $M=34.41$ ,  $DP=5.544$ ). Em relação às habilitações literárias, predomina a licenciatura (39%). A grande maioria das participantes (87 %) encontra-se empregada. Em relação à idade do filho, sobre o qual refletiram para responder ao protocolo de investigação, é possível evidenciar que as idades oscilam entre um 1 e os 72 meses, correspondentes a 6 anos de idade (ver Tabela 1).

No que toca ao outro elemento do par parental desta amostra, o intervalo de idades está compreendido entre os 22 e os 56 anos ( $M=36.89$ ,  $DP=6.278$ ). Salienta-se a percentagem de escolaridade do pai com o 3º ciclo do ensino básico (9ºano; 32%) e o ensino secundário (35%). Em relação à situação profissional, a esmagadora maioria dos pais encontra-se empregada (95.1%) (ver Tabela 1).

Como é possível observar na Tabela 2, na nossa amostra prevalece o nível socioeconómico médio (48.8%). A grande maioria das mães usufruiu de licença de maternidade (89.4%). Em relação ao número de filhos sobressai a existência de apenas um filho (56.9%). Quanto ao género, 48.8% dos filhos são do feminino.

**Tabela 1*****Características Sociodemográficas da Amostra***

Variáveis	n	%
<b>Variáveis sociodemográficas</b>		
<b>Idade da mãe</b>		
23-30	31	25.2
31-36	49	39.8
40-47	43	35.0
<b>Idade do pai</b>		
22-33	38	30.9
31-39	43	35.0
40-56	42	34.1
<b>Habilitações literárias da mãe</b>		
Outro	1	.8
2º Ciclo do ensino básico (6ºano)	1	.8
3º Ciclo do ensino básico (9ºano)	8	6.5
Ensino Secundário (12ºano)	39	31.7
Licenciatura	48	39.0
Mestrado	19	15.4
Doutoramento	4	3.3
Pós-graduação	3	2.4
<b>Habilitações literárias do pai</b>		
1º Ciclo do ensino básico (4ºano)	2	1.6
2º Ciclo do ensino básico (6ºano)	7	5.7
3º Ciclo do ensino básico (9ºano)	32	26.0
Ensino Secundário (12ºano)	43	35.0
Licenciatura	29	23.6
Mestrado	10	8.1
<b>Situação profissional da mãe</b>		
Estudante	1	.8



Desempregada	15	12.2
Empregada	107	87.0
Situação profissional do pai		
Estudante	1	.8
Desempregado	5	4.1
Empregado	117	95.1
Idade do filho/a (meses)		
1-11	15	12.2
12-23	20	16.3
24-35	19	15.4
36-47	14	11.4
48-59	25	20.3
60-71	21	17.1
72-83	9	7.3

---

*Note.*  $N = 123$ .

**Tabela 2**  
*Características Familiares da Amostra*

Variáveis familiares	n	%
<b>Nível Socioeconómico</b>		
Baixo	13	10.6
Médio baixo	39	31.7
Médio	60	48.8
Médio alto	9	7.3
Alto	2	1.6
<b>Licença de maternidade</b>		
Não	11	8.9
Sim	110	89.4
Não respondeu	2	1.6
<b>Número de filhos</b>		
Um filho	70	56.9
Dois filhos	45	36.6
Três ou mais filhos	8	6.5
<b>Género dos filhos</b>		
Masculino	56	45.5
Feminino	60	48.8
Não identificado	7	5.7

*Nota.* N = 123.

## Procedimentos de recolha de dados

Para participar neste estudo os sujeitos tinham de ter em conta uma lista de critérios de inclusão. A idade mínima de cooperação era de 20 anos e teriam de pertencer a famílias nucleares intactas (casal e filhos que viviam juntos). Apenas um elemento de cada par parental podia participar. Se o participante tivesse mais do que um filho respondia tendo em conta apenas um destes. O protocolo utilizado foi realizado com o objetivo de realizar um estudo mais lato, que tinha como amostra pais e mães de crianças e/ou adolescentes (até aos 16 anos, inclusiva), provenientes de famílias nucleares intactas, família monoparental (apenas um elemento do par parental vive com o/a filho/a) e famílias adotivas.

O protocolo de investigação foi divulgado em formato *online* e impresso. A recolha de dados foi iniciada a 29 de março e terminou a 12 de maio de 2020. Os sujeitos que preencheram o protocolo em papel assinaram o consentimento informado a declarar que concordavam e aceitavam os termos de participação. Para os protocolos em formato *online*, o processo foi semelhante, sendo que neste formato os participantes assinalavam que concordavam com os termos apresentados.

No consentimento encontrava-se o nome do projeto no âmbito do qual a presente dissertação se encontra inserida, o seu objetivo, as condições de participação, anteriormente referidas, e explicitadas as questões de confidencialidade e anonimato, participação voluntária, assim como a possibilidade de desistir a qualquer momento.

Os sujeitos que integram a amostra foram contactados através de redes formais e informais. O método utilizado para a aquisição da amostra foi o de “bola de neve”. Do total dos questionários, apenas 5 foram preenchidos em formato papel, devido à pandemia originada pela COVID-19.

## Instrumentos e procedimentos de investigação adotados

Os instrumentos de avaliação utilizados neste estudo foram selecionados no âmbito de um projeto de investigação mais vasto, intitulado “Novas Paternidades. Estudo Transcultural de perceções sobre Parentalidade e Conjugalidade”. O protocolo era composto por quatro instrumentos no seu total, contudo, por consequência da baixa adesão à participação por sujeitos do sexo masculino, estes foram excluídos da amostra e, apenas foram trabalhados, no presente estudo, o Questionário Sociodemográfico e de Dados Familiares e Complementares, o Questionário de Coparentalidade – versão adaptada e validada por Pedro e Ribeiro (2008) e a Escala de Ajustamento Mútuo (DAS/EAM) – versão adaptada e validada por Carvalho Lourenço e Relvas (2003) (ver Anexo A).

## **Questionário Sociodemográfico e de Dados Familiares e Complementares**

O presente questionário avaliou dados pessoais do sujeito, tais como o género, idade, o país e local de residência, escolaridade, situação profissional, profissão que desempenhou durante mais tempo e o estado civil. Estas questões foram colocadas não só relativamente ao sujeito respondente, como também relativamente ao outro elemento do par parental. Também foram incluídas questões relativas a dados complementares, nomeadamente em relação à constituição do agregado familiar, rendimentos do mesmo e perguntas relativas à licença de maternidade e paternidade. Por fim, é esclarecida qual é a idade do filho no qual o respondente se focava para responder ao protocolo.

## **Questionário de Coparentalidade - QC (Pedro & Ribeiro, 2008)**

A versão original do *Coparenting Questionnaire* foi desenvolvida por Margolin e colaboradores em 2001. O CQ tem o objetivo de avaliar a perceção que os constituintes do par parental têm um do outro, enquanto pais, incluindo dimensões negativas e positivas, avaliando também triangulações. Este instrumento surge com o objetivo de ser mais eficaz do que outros desenvolvidos anteriormente, como o *Parenting Alliance Inventor* e *Coparenting Scale*. O CQ avalia a coparentalidade, tendo em conta, a perceção do parceiro em relação ao outro elemento do par parental.

O questionário original e a adaptação à população portuguesa, realizada por Marta Pedro e Maria Ribeiro em 2008, é composta por 14 itens, cotados numa escala de *Likert*, oscilando de (1) *Nunca* a (5) *Sempre*. É composto por três dimensões/subescalas: a cooperação, do item 1 a 5, onde é medido o nível de apoio e respeito entre a mãe e o pai; a triangulação, do item 6 a 9, relacionada com a tentativa de excluir o outro elemento do par parental ou colocar em causa a autoridade do mesmo e, por fim, a dimensão do conflito, item 10 a 14 (item 13 é invertido), que avalia o conflito em relação a temáticas relacionadas com os filhos, nomeadamente a sua educação. Resultados mais altos indicam níveis elevados de cooperação, conflito e triangulação (Pedro & Ribeiro, 2015).

## **Escala de Ajustamento Mútuo - DAS (Lourenço & Relvas, 2003)**

A escala original do *Dyadic Adjustment Scale* foi criada por Graham B. Spanier, em 1976. É composta por 32 itens, sendo constituído por quatro dimensões/subescalas: consenso diádico, que mede concordância entre os parceiros em relação a várias temáticas como, por exemplo, tarefas domésticas, religião, dinheiro, amigos; satisfação diádica, que avalia a tensão na relação e, se o sujeito já ponderou terminar a relação, até que ponto; coesão mútua, relacionada com atividades partilhadas entre o casal e os

interesses; e expressão afetiva, que mede a satisfação a nível de sexo e de afeto na relação. Este é um instrumento de autorresposta (Lourenço, 2006).

A adaptação para a população portuguesa foi realizada por Madalena de Carvalho e Ana Paula Relvas em 2003, sendo igualmente composta por 32 itens e pelas quatro dimensões já descritas anteriormente. A dimensão de consenso diádico é avaliada a partir dos itens 1,2,3,4,5,7,8,9,10,11,12,13,14,15; a dimensão referente à satisfação diádica tem como itens o 16,17,18,19,20,21,22,2,31,32; a dimensão da coesão mútua é referente aos itens 4,6,29 e 30; por fim, a dimensão de expressão afetiva é mesurada através dos itens 24,25,26,27, 28. Este instrumento tem ainda a escala total, onde é realizada a junção de todos os itens de todas as dimensões. Quanto mais alta for a pontuação, maior será o ajustamento. O tipo de resposta varia consoante a pergunta, podendo ser do tipo *Likert* de 5, 6 e 7; *Sim* e *Não*; e escolha múltipla (Lourenço, 2006).

## Procedimentos de análise de dados

A fiabilidade dos instrumentos foi testada através da análise de consistência interna calculada a partir do alfa de *Cronbach*. Esta análise foi realizada com os *missings* presentes nos dados e, posteriormente, com o tratamento já realizado, através da técnica *Expected maximization*. Em seguida foram realizadas estatísticas descritivas.

Procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Spearman*, a fim de testar as três primeiras hipóteses (hipóteses 1 a 3). Uma vez que apenas uma relação se manifestou significativa entre variável independente e variável dependente, optou-se por explorar apenas o efeito indireto da mediação segundo MacKinnon e Dwyer (1993), através do instrumento macro *PROCESS* (modelo 4), aplicado no *SPSS* desenvolvido por Hayes (2012). Por meio do efeito indireto foi possível perceber se as variáveis sociodemográficas e familiares afetam a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito), através do percurso composto por *a* e *b*, podendo ser captados os verdadeiros efeitos de mediação, através da variável ajustamento conjugal, sendo este método o mais fiável para captar os erros tipo I e tipo II. Foi possível testar as hipóteses 4, 5 e 6 referentes à regressão linear simples e as hipóteses de mediação 8, 9 e 10, por meio do instrumento macro *PROCESS*. A fim de testar a hipótese 7 foram realizadas regressões lineares simples.

A macro *PROCESS* possibilitou a utilização do método *bootstrapping*, onde é possível realizar intervalos de confiança a 95%. No presente estudo foram usadas 5000 amostras, para os efeitos indiretos. Estes efeitos apenas são estatisticamente significativos quando o valor de 0 não se encontra presente entre os limites mínimo e máximo dos intervalos de confiança, já anteriormente referidos. O método *bootstrapping* tem demonstrado resultados robustos no controlo de erros tipo I e tipo II (Hayes, 2012; Hayes

et al., 2017), assim como nos possíveis problemas de distribuição amostrais, relativos à normalidade dos efeitos indiretos (Hayes, 2017; Williams & MacKinnon, 2008). É de realçar que foram testados todos os pressupostos envolventes, nomeadamente a ausência de *outliers*, ausência de multicolinearidade, linearidade, homocedasticidade, normalidade. Nenhum pressuposto foi violado, pelo que foi possível continuar com as análises pretendidas.

## IV - Resultados

---

### Qualidades psicométricas das medidas

Começamos por realizar as análises relativas à consistência interna, média e desvio padrão, relativamente ao instrumento DAS. Dado que nos dados recolhidos existiam *missings*, estes foram tratados, uma vez que ficou comprovado, através do teste de MCAR de *Little*, que eram *missings* completamente aleatórios (*sig.* =.207). Em relação aos resultados propriamente ditos, é observável na Tabela 3 que o tratamento de *missings* demonstra ter um efeito muito pequeno nos valores. Também é possível observar que a escala total apresenta uma boa consistência interna (Nunnally, 1978). O mesmo processo de análise fatorial foi realizado para o Questionário de Coparentalidade (ver Tabela 4). É visível que em todas as escalas existe uma boa consistência interna. Apenas na dimensão triangulação foi revelado um resultado inferior ao da adaptação portuguesa.

**Tabela 3**

*Estrutura Fatorial da Escala de Ajustamento Mútuo (DAS) sem e com tratamento de missings*

Dimensão	Média	Desvio Padrão	Alfa (Lourenço & Relvas, 2003)	Alfa (presente estudo)
DAS sem tratamento de <i>missings</i>	114.20	17.88	.93	.93
DAS com tratamento de <i>missings</i>	114.29	17.99	.93	.94

**Tabela 4***Estrutura Fatorial do Questionário de Coparentalidade (QC)*

Dimensão	Média	Desvio Padrão	Alfa (Pedro & Ribeiro, 2008)	Alfa (presente estudo)
Cooperação	21.71	3.64	.83	.86
Triangulação	4.77	1.82	.85	.81
Conflito	9.82	3.26	.76	.80

## Teste de Hipóteses

A tabela 5 apresenta de forma sucinta a matriz de correlação entre as variáveis. A relação entre a idade do pai e a cooperação (medida pelo QC) evidenciou ser baixa, negativa e significativa ( $r = -.26, p = .003$ ) (Cohen, 1988). O cálculo do respectivo coeficiente de determinação revela que as variáveis explicam 6.76% da variância. A idade do pai e a triangulação (medida pelo QC) não apresenta uma relação estatisticamente significativa ( $r = .04, p = .700$ ), assim como idade do pai com o conflito (medido pelo QC) ( $r = .00, p = .995$ ). Desta forma, a variável idade do pai estabelece relação com a coparentalidade, mais precisamente com a cooperação, não podendo ser excluída a hipótese 1. A variável idade da mãe obteve resultados semelhantes. A relação desta com a cooperação não demonstrou ser estatisticamente significativa ( $r = -.06, p = .481$ ), assim como com a triangulação ( $r = .03, p = .740$ ) e com o conflito ( $r = -.04, p = .631$ ). Deste modo, a idade da mãe não evidencia nenhuma relação com a coparentalidade, sendo a hipótese 2 rejeitada. Por último, a variável número de filhos não evidenciou uma relação estatisticamente significativa com a cooperação ( $r = -.01, p = .884$ ), tendo ocorrido o mesmo com a variável triangulação ( $r = -.07, p = .437$ ). A relação entre número de filhos e conflito não ficou comprovada, não sendo estatisticamente significativa ( $r = .09, p = .343$ ). Desta forma, o número de filhos não se relaciona com a coparentalidade, mais especificamente com a cooperação, triangulação e conflito, sendo a hipótese 3 rejeitada.

É possível também observar as restantes relações entre as variáveis em estudo na tabela 5. A relação entre idade do pai e o ajustamento conjugal (medido pelo DAS) não se apresentou como estatisticamente significativa ( $r = .01, p = .883$ ), assim como a relação entre a idade da mãe com o ajustamento ( $r = .07, p = .461$ ) e com o número de filhos ( $r = .05, p = .610$ ). O ajustamento conjugal evidenciou uma relação negativa, elevada e significativa, respetivamente, com a triangulação ( $r = -.51, p$



<.001) e com o conflito ( $r = -.59, p <.001$ ) e positiva, elevada e significativa com a cooperação ( $r = .59, p <.001$ ).

A fim de testar as seguintes hipóteses recorreu-se ao instrumento macro *PROCESS* (ver Tabela 6). O impacto da idade do pai não foi significativo no ajustamento conjugal ( $R^2 = 0.05^{**}, F_{cat2}(2,123) = .20, F_{cat3}(120,123) = .20, p = 0.817$ ) ( $B_{cat2} = 2.00, EP = 4.032, p = .620; B_{cat3} = .42, EP = 3.92, p = .914$ ), assim como ficou evidente que a idade da mãe não prediz o ajustamento conjugal ( $R^2 = 0.11^{**}, F_{cat2}(3,123) = 40.98, F_{cat3}(119, .40.9846) = .69, p = .432$ ) ( $B_{cat2} = 1.0921, EP = 4.13, p = .792; B_{cat3} = 3.91, EP = 3.76, p = .301$ ). O mesmo ocorreu com o número de filhos ( $R^2 = .11^{**}, F_{cat2}(2,123) = .69, F_{cat3}(120, .6937) = .69, p = .5017$ ) ( $B_{cat2} = 3.40, EP = 3.44, p = .324; B_{cat3} = 2.14, EP = 6.92, p = .757$ ). Assim, as hipóteses 4, 5 e 6 não se comprovaram, o que fez com que fossem rejeitadas.

Com o objetivo de testar a hipótese 7 foram realizadas regressões lineares simples (ver Tabela 6). O ajustamento conjugal demonstrou ser significativo na cooperação ( $F(121,123) = 124.84; \beta = .14, p = <.001$ ), tendo o coeficiente de determinação mostrado que as variáveis explicam 51 % da variância. A relação entre ajustamento conjugal e triangulação também evidenciou ser significativa ( $F(121,123) = 92.07; \beta = -.07, p = <.001$ ) explicando 43% do modelo. Por fim, a relação entre ajustamento conjugal e conflito também se evidenciou significativa ( $F(121,123) = 86.454; \beta = -.12, p = <.001$ ) explicando 42% do modelo. Desta forma, a Hipótese 7 foi comprovada, demonstrando que o ajustamento conjugal prediz a coparentalidade, nomeadamente a cooperação, a triangulação e o conflito.

Com o propósito de testar as hipóteses 8 a 10 recorreu-se novamente à macro *PROCESS* (ver Tabela 7). O efeito indireto da idade do pai na cooperação, via ajustamento conjugal, demonstrou que não existe significância estatística, dado que o 0 encontra-se presente nos intervalos de confiança produzidos pelo *bootstrapping* ( $B_{cat2} = .29, EP = .63, 95\% \text{ IC } [-.8948, 1.5968]; B_{cat3} = .06, EP = .50, 95\% \text{ IC } [-.9260, 1.1050]$ ). A análise do efeito indireto da idade do pai na triangulação, via ajustamento conjugal, comprova novamente que o intervalo de confiança não tem significância estatística ( $B_{cat2} = -.13, EP = .29, 95\% \text{ IC } [-.7663, .4175]; B_{cat3} = -.02, EP = .23, 95\% \text{ IC } [-.5015, .4463]$ ), sendo igualmente não significativo o efeito indireto entre idade do pai e conflito, por via do ajustamento conjugal ( $B_{cat2} = -.23, EP = .50, 95\% \text{ IC } [-1.1869, .8384]; B_{cat3} = -.49, EP = .41, 95\% \text{ IC } [-.8930, .7336]$ ). O efeito indireto é não significativo no modelo entre idade da mãe e a cooperação, mediado pelo ajustamento conjugal ( $B_{cat2} = .15, EP = .70, 95\% \text{ IC } [-1.1306, 1.6221]; B_{cat3} = .56, EP = .47, 95\% \text{ IC } [-.3525, 1.5517]$ ). A análise do efeito indireto do modelo idade da mãe e triangulação, mediado pelo ajustamento conjugal também não indica valores significativos ( $B_{cat2} = -.07, EP = .33, 95\% \text{ IC } [-.8123, .5396]; B_{cat3} = -.26, EP = .22, 95\% \text{ IC } [-.7511, .1582]$ ), assim como o efeito indireto entre a idade da mãe e o conflito, mediado pelo ajustamento conjugal ( $B_{cat2} = -.12, EP = .56, 95\% \text{ IC } [-1.1877, 1.0561]; B_{cat3} = -.45, EP = .39, 95\% \text{ IC } [-1.3012, .2889]$ ). O efeito indireto entre o número de filhos e a cooperação, mediado pelo ajustamento conjugal não é significativo ( $B_{cat2} = .49, EP = .46, 95\% \text{ IC } [-.3493, 1.4463]; B_{cat3} = .30, EP = .95, 95\% \text{ IC } [-1.6423, 2.1249]$ ), assim como se verificou que não existe efeito

indireto de mediação com a triangulação ( $B_{cat2} = -.22, EP = .22, 95\% IC [-.7136, .1633]$ ;  $B_{cat3} = -.14, EP = .43, 95\% IC [-1.0215, 0.7354]$ ), ocorrendo o mesmo resultado com o conflito ( $B_{cat2} = -.40, EP = .37, 95\% IC [-1.1731, .3078]$ ;  $B_{cat3} = -.25, EP = .79, 95\% IC [-1.7482, 1.3857]$ ). Assim, nenhum efeito de mediador foi comprovado, acabando por serem excluídas as hipóteses 8, 9 e 10.

Em suma, apenas ficou comprovado que, na nossa amostra, existe relação entre a variável idade do pai e a coparentalidade, nomeadamente com a dimensão cooperação (hipótese 1) e que o ajustamento conjugal é um preditor para a coparentalidade, em todas as suas dimensões (cooperação, triangulação e conflito) (hipótese 7).

**Tabela 5**

*Correlações entre as variáveis em estudo*

Variável	4	5	6	7
1. Idade do Pai	.01	-.26**	.04	.00
2. Idade da Mãe	.07	-.06	.03	-.04
3. Número de filhos	.05	-.01	-.07	.09
4. Ajustamento conjugal (DAS)	1	.59**	-.51**	-.59**
5. Cooperação (QC)		1	-.35**	-.46**
6. Triangulação (QC)			1	.44**
7. Conflito (QC)				1

*Notas:*  $N = 123$ . A variável idade do pai encontra-se codificada como 1 = [22-33] 2 = [34-38] 3 = [39-56]. A variável idade da mãe encontra-se codificada 1 = [23-30] 2 = [31-36] 3 = [37-47]. A variável número de filhos encontra-se codificada 1 = [um filho] 2 = [dois filhos] 3 = [três ou mais filhos]. \*\* $p < .01$  (2-caudas).

**Tabela 6***Resultados obtidos através da macro Process*

	B	EP	P	95% IC*	
				LI	LS
<b>Idade do pai</b>					
Ajustamento conjugal como <i>outcome</i>					
Constante	112.75	2.93	.000	106.9421	118.5756
X1	2.00	4.03	.620	-5.9805	9.9864
X2	.42	3.92	.914	-7.3540	8.2039
Efeitos indiretos da idade do pai na cooperação via ajustamento conjugal					
X1	.29	.63		-.8948	1.5968
X2	.06	.50		-.9260	1.1050
Efeitos indiretos da idade do pai na triangulação via ajustamento conjugal					
X1	-.13	.29		-.7663	.4175
X2	-.02	.23		-.5013	.4463
Efeitos indiretos da idade do pai no conflito via ajustamento conjugal					
X1	-.23	.50		-1.1869	.8384
X2	-.04	.41		-.8930	.7336
<b>Idade da mãe</b>					
Ajustamento conjugal como <i>outcome</i>					
Constante	112.10	3.23	.000	105.6983	118.5104

Impacto de Variáveis Familiares e Sociodemográficas na Coparentalidade: Análise do Papel Mediador do Ajustamento Conjugal

X1	1.09	4.13	.792	-7.0932	9.2774
X2	3.91	3.76	.301	-3.5430	11.3630

Efeitos indiretos da idade da mãe na cooperação via ajustamento conjugal

X1	.15	.70		-1.1306	1.6221
X2	.56	.47		-.3525	1.5517

Efeitos indiretos da idade da mãe na triangulação via ajustamento conjugal

X1	-.07	.33		-.81	.53
X2	-.26	.22		-.75	.15

Efeitos indiretos da idade do pai no conflito via ajustamento conjugal

X1	-.12	.56		-1.1877	1.0561
X2	-.45	.39		-1.3012	.2889

Número de filhos

Ajustamento conjugal como *outcome*

Constante	112.67	2.15	.000	108.4115	116.9481
X1	3.40	3.44	.324	-3.4142	10.2325
X2	2.14	6.92	.757	-11.5603	15.8442

Efeitos indiretos do número de filhos na cooperação via ajustamento conjugal

X1	.49	.46		-.3493	1.4463
X2	.30	.95		-1.6423	2.1249

Efeitos indiretos do número de filhos na triangulação via ajustamento conjugal

X1	-.22	.22	-.7136	.1633
X2	-.14	.43	-1.0215	.7354

Efeitos indiretos do número de filhos no conflito via ajustamento conjugal

X1	-.40	.37	-1.1731	.3078
X2	-.25	.79	-1.7482	1.3857

**Tabela 7**

*Resultados de regressão linear simples entre ajustamento conjugal e coparentalidade*

	Coeficiente não estandardizado		Coeficiente estandardizado		
	B	Erro padrão	Beta	t	p
<b>Modelo 1 (Cooperação)</b>					
Constante	5.21	1.45		3.50	.001
Ajustamento conjugal	.14	.13	.713	11.17	.000
<b>Modelo 2 (Triangulação)</b>					
Constante	12.39	.80		15.42	.000
Ajustamento conjugal	-.07	.01	-.66	-9.60	.000
<b>Modelo 3 (Conflito)</b>					
Constante	23.18	1.46		15.93	.000
Ajustamento conjugal	-.12	.01	-.65	-9.30	.000

## V - Discussão

---

O presente estudo empírico, realizado com uma amostra de mães, tem como foco perceber se o ajustamento conjugal apresenta efeito mediador entre variáveis sociodemográficas e familiares, nomeadamente, idade do pai e da mãe e número de filhos, e a coparentalidade, particularmente com as dimensões da cooperação, triangulação e conflito. Os restantes objetivos prendem-se por tentar comprovar se existe relação entre as variáveis sociodemográficas e familiares com a coparentalidade, se as variáveis sociodemográficas e familiares têm impacto no ajustamento conjugal e se este é preditor da coparentalidade.

Nesta investigação ficou evidente que existe uma relação entre a idade do pai e a cooperação, uma das dimensões da coparentalidade (hipótese 1). Este resultado relaciona-se com a conclusão encontrada num estudo de McGill (2014), onde é observado que homens mais jovens usufruem de mais tempo com os filhos e com a família, após o nascimento da criança. O facto de despenderem mais tempo poderá fazer com que estejam mais disponíveis para ajudar nas tarefas relacionadas com o filho. Os pais que têm mais idade acabam por se envolver menos em atividades de carácter mais lúdico e lazer, algo que é essencial em crianças em idade pré-escolar (Monteiro et al., 2017). O envolvimento paterno encontra-se fortemente relacionado com construções sociais que foram evoluindo ao longo dos anos. No passado, o pai era percecionado como uma figura caracterizada pelo desapego emocional, agressivo e uma imagem de masculinidade (Maskalan, 2016), porém, atualmente é percecionado também como um cuidador (Monteiro et al., 2017). Não obstante, é necessário ter em conta a perspetiva mais ou menos tradicionalista em que o pai acredita e manifesta. Quanto menos tradicionalista maior será o afeto expressado (McBride et al., 2004) e maiores responsabilidades terá enquanto cuidador (Jacobs & Kelley, 2006). Esta observação poderá ser um facto a ter em consideração para justificar a maior cooperação de pais mais jovens. Desta forma, existe evidência empírica no suporte da primeira hipótese, pois comprovou-se que, para as respondentes, existe relação entre a variável idade do pai com uma das dimensões da coparentalidade, a cooperação. No entanto, Lima (2008) aponta para que homens mais velhos tenham uma maior disponibilidade para o envolvimento com os filhos em idade pré-escolar.

De acordo com investigação prévia (Augustin, & Frizzo, 2015; Christopher et al., 2015), a coparentalidade é influenciada pela dinâmica conjugal, dando suporte empírico à hipótese 7. Emoções de carácter negativo entre o casal acabam por ter consequências como um menor investimento familiar, nomeadamente um menor envolvimento e cooperação por parte do outro cônjuge (Ingber & Most, 2012), tendo o sexo masculino maiores consequências negativas no seu desempenho de papel enquanto pai, por ser entendido como um cuidador secundário e a mãe como principal (Christopher et al., 2015). Esta perspetiva tem vindo a ser combatida ao longo dos anos, contudo ainda se encontra bastante presente a conceção de que a mãe é responsável pela família, tendo o pai um lugar mais remoto (Mozzaquatro & Arpini, 2017)

Assim, quanto maior o ajustamento conjugal entre o casal, maior será a cooperação entre este. Uma coparentalidade cooperativa encontra-se relacionada com um menor conflito e maior suporte (Christopher et al., 2015). É possível pressupor que, quando existe um bom ajuste entre o casal, menor será o conflito na relação coparental, dado que a dinâmica de casal manifesta ser um preditor para esta relação, ocorrendo o mesmo com as situações de triangulação. Quanto maior o ajustamento conjugal, maior a cooperação entre o par parental; quanto menor é o ajustamento conjugal maior é o conflito e maior será a triangulação.

Contrariamente ao esperado/expectável, as restantes hipóteses não receberam suporte empírico no presente estudo empírico e realizado com respondentes do género feminino. A idade do pai não evidenciou, neste estudo, nenhuma relação com a triangulação e com o conflito, não tendo sido encontrada qualquer fundamentação teórica para tais resultados. Esta variável não manifesta ter nenhuma relação com as dimensões, possivelmente por não ser uma variável sociodemográfica que tenha um vínculo com as dimensões de coparentalidade apresentadas, podendo outras variáveis serem antecedentes significativos destas dimensões, como o nível escolaridade. Segundo Coley e Lansdale (1999), os pais que têm uma maior escolaridade poderão ter mais habilidades, recursos ou informação, relativamente, às necessidades da criança, tendo como consequência uma maior segurança e uma maior motivação para o envolvimento. A variável idade da mãe não manifestou relação entre nenhuma das dimensões da coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito) (hipótese 2). Uma possível explicação será o fato de a mãe apresentar-se, culturalmente, como principal cuidador das crianças, independente da idade que tenha. As diferenças de género ocupam um papel bastante importante a nível cultural (Beitel & Parke, 1998). É expectável que cada vez mais haja um maior envolvimento paterno (McGill, 2014), exigido socialmente (Cúnico, & Arpini, 2013). Todavia, mesmo com uma evolução relativa a esta temática, as mães ainda são consideradas como responsáveis pela família, ocupando os homens um lugar de menor participação (Mozzaquatro e Arpini, 2017). Desta forma, a literatura acaba por suportar o resultado e a interpretação efetuada, uma vez que a mãe é ainda entendida como principal cuidadora de cuidados da criança, nomeadamente em Portugal (Novo & Prada, 2015).

O número de filhos também não evidenciou nenhuma relação com a coparentalidade, em nenhuma das suas dimensões. Não foi encontrada nenhuma literatura relativamente a estas relações, porém foi um resultado que nos surpreendeu: Em relação à dimensão conflito esperávamos que com o aumento número de filhos o conflito aumentasse. Segundo os autores Edwards e Brauburger (1973), o tamanho da família, nomeadamente o número de filhos, tende a prejudicar a dinâmica familiar, podendo levar a uma maior possibilidade de ocorrer coerção. O número de filhos também não demonstra qualquer relação com a coparentalidade e as suas dimensões, dado muito interessante e pertinente.

Nenhuma das hipóteses 4, 5 e 6 foi confirmada. Deste modo, as variáveis idade do pai e idade da mãe não demonstraram ser preditores do ajustamento conjugal, trabalhando a perceção de mães. As idades de cada elemento do par conjugal aparentam não ter impacto, podendo outras variáveis ter um maior impacto

nesta variável, como os anos de relação, por exemplo. A variável número de filhos também não manifestou ser um preditor do ajustamento conjugal. Este resultado tem sustentação teórica, pois segundo Figley (1973) o número de filhos não evidencia impacto no ajustamento conjugal, pois não se verifica nenhuma relação entre estes. Marini (1980) também concluiu que o número de filhos não tem consequências diretas na relação conjugal. Assim, o presente estudo oferece um interessante contributo, uma vez que vem conferir força aos resultados encontrados por estas investigações. Todavia, Twenge e colaboradores (2003) concluíram que a presença de um ou mais filhos altera a dinâmica da relação de casal. Esta consequência aumenta quanto maior for o número de filhos. Guo e Huang (2005) constataram um impacto negativo do número de filhos na relação entre o casal, especialmente na satisfação conjugal. Marini (1980) concluiu que com um maior número de filhos, maiores serão as exigências, quer a nível de gestão tempo como de energia (Marini, 1980), originando menos tempo de interação em casal (Harris & Morgan, 1991), o que poderá fazer com que o ajustamento conjugal sofra consequências negativas. Os autores Lee e Doherty (2007) concluíram, no seu estudo, que quando o casal tem dois filhos, o envolvimento e a satisfação conjugal não manifestam ser mais fortes.

Ficou comprovado, no nosso estudo empírico, que não existe qualquer tipo de efeito indireto entre as variáveis sociodemográficas e familiares e a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito). Ou seja, as primeiras variáveis não afetam o ajustamento conjugal e este não afeta a coparentalidade, no seu total. Assim, as variáveis sociodemográficas e familiares não afetam a coparentalidade.

Em suma, é possível concluir que, na nossa amostra feminina, não existe efeito mediador, por parte do ajustamento conjugal, entre as variáveis sociodemográficas e familiares (idade da mãe, idade do pai e número de filhos) com a coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito). Realçamos que a idade do pai estabelece uma relação negativa com a dimensão de cooperação (coparentalidade), ou seja, quanto mais velho o pai é, menor será a sua cooperação (coparentalidade). O ajustamento conjugal é um preditor para a coparentalidade, em todas as suas dimensões. Quanto maior é o ajustamento conjugal maior será a cooperação e quanto menor for o ajustamento conjugal maior será a triangulação e o conflito (coparentalidade).

A presente investigação manifesta algumas limitações. Avaliamos o facto de a amostra ser constituída por apenas 123 sujeitos e, principalmente, ser constituída somente por elementos do sexo feminino, como uma limitação. Apenas acedemos à perspetiva de mães. O fato de existir literatura limitada também é entendido como uma limitação para o presente estudo, implicando limitadas leituras teóricas.

Para futuras investigações será fundamental ter um maior número de participantes de ambos os sexos, para que se possam comparar perspetivas e aceder a uma realidade tão complexa. Propomos que em estudos futuros sejam estudadas outras variáveis, em concreto as habilitações literárias do pai e os anos de relação conjugal.



## VI - Conclusão

---

A etapa do ciclo vital da família com filhos pequenos reque uma enorme capacidade de negociação, por parte do casal/pais, devido às grandes alterações que esta etapa acarreta. É uma etapa que pode trazer *stress* e tensão para a díade conjugal, em particular (McGoldrick et al., 2015). A transição do foco da conjugalidade para a parentalidade é, assim, um movimento de grandes desafios e mudanças (Prati & Koller, 2011).

A coparentalidade existe mesmo se o par parental está separado, pois relaciona-se com o papel de cuidador. Não envolve outros subsistemas familiares ou a vida em casal (Margolin et al., 2001), ou seja, envolve apenas a dinâmica entre mãe, pai e filho (Böing & Crepaldi, 2016). Assim, a coparentalidade é distinta de conjugalidade e da parentalidade (Margolin et al., 2001).

Para alguns autores, as dinâmicas do subsistema conjugal têm efeito no subsistema coparental, o que faz com que a satisfação conjugal seja um preditor para a coparentalidade (Christopher et al., 2015). Outros autores referem que, durante a primeira infância, a qualidade da relação conjugal é interdependente da parental (Goldberg & Easterbrooks, 1984). Ingber e Most (2012) defendem que a emoção negativa entre o par conjugal tem repercussões na prestação de auxílio ao outro cônjuge e no investimento familiar, nos cuidados à criança. Para os autores DeMaris e colaboradores (2013), o maior envolvimento, por parte do pai, nos cuidados infantis leva a um menor agravamento de conflitos conjugais. Quanto maior for o conflito entre o par conjugal, maior será a tendência para o pai se afastar da relação coparental (Christopher et al., 2015).

Os autores Monteiro e colaboradores (2017) comprovaram no seu estudo, que um pai mais velho acaba por dedicar-se menos a atividades essenciais na idade pré-escolar, como atividades de carácter mais de lazer e lúdico. Um pai mais jovem envolve-se mais nas novas paternidades, ou seja, desfruta mais tempo em família, nomeadamente com o filho (McGill, 2014). No entanto, Lima (2008) encontrou evidências de que um pai mais velho encontra-se mais disponível para se dedicar às crianças em idade pré-escolar. Contudo, existe literatura que não comprova que a idade do pai seja um preditor para o envolvimento paterno (Simões et al., 2010).

Com o presente estudo empírico pretende-se contribuir para a compreensão do papel do ajustamento conjugal e o seu efeito na coparentalidade. Para tal, procurou-se identificar variáveis de carácter sociodemográfico e familiar que poderiam estar associadas ao ajustamento conjugal e à coparentalidade. Os resultados obtidos, com uma amostra de mães, não provaram a existência do efeito mediador do ajustamento conjugal na relação entre as variáveis sociodemográficas e familiares com a coparentalidade. Não obstante, verificou-se uma relação entre a idade do pai e a cooperação, dimensão da coparentalidade, comprovando que, na perceção das mães, quanto mais elevada é a idade do pai, menor será a sua cooperação na relação

coparental. No que diz respeito ao ajustamento conjugal, este surgiu como um preditor para a coparentalidade no seu todo, ou seja, para a dimensão cooperação, triangulação e conflito. Quanto melhor for o ajustamento conjugal, melhor será a cooperação e menor será a triangulação e o conflito entre o par coparental.

Face à escassa existência de literatura relativamente ao tema abordado, este estudo contribui de forma significativa com novos dados, tendo assim implicações teóricas e práticas, podendo ser um ponto de partida para investigação futura e para uma melhor prática clínica. É necessária mais investigação, nomeadamente a nível nacional, para uma maior compreensão do construto “coparentalidade”. Destacamos também a importância de uma maior perceção da adaptação do casal às mudanças provenientes do nascimento de um filho, e a maior consciencialização de que a relação conjugal tem consequências na relação coparental, que por sua vez tem influência na relação com a criança.

## Bibliografia

---

- Alarcão, M. (2002). Família com filhos pequenos. In *(Des)Equilíbrios Familiares: uma visão sistêmica* (pp. 131-151).
- Arditti, J. A., & Kelly, M. (1994). Fathers' perspectives of their Co-parental relationships Postdivorce: Implications for family practice and legal reform. *Family Relations*, *43*(1), 61. <https://doi.org/10.2307/585143>
- Ahlborg, T., Dahlöf, L., & Hallberg, L. R. (2005). Quality of the intimate and sexual relationship in first-time parents six months after delivery. *Journal of Sex Research*, *42*(2), 167-174. <https://doi.org/10.1080/00224490509552270>
- Albertuni, P. S., & Stengel, M. (2016). Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. *Psicologia em Revista*, *22*(3), 709. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9523.2016v22n3p709>
- Augustin, D., & Frizzo, G. B. (2015). A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: estabilidade e mudança no 1º e 6º Ano de Vida. *Interação em Psicologia*, *19*(1). <https://doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>
- Bahr, S. J., Chappell, C. B., & Leigh, G. K. (1983). Age at marriage, role enactment, role consensus, and marital satisfaction. *Journal of Marriage and the Family*, *45*(4), 795. <https://doi.org/10.2307/351792>
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *18*(2), 151-161. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722005000200002>
- Beitel, A. H., & Parke, R. D. (1998). Paternal involvement in infancy: The role of maternal and paternal attitudes. *Journal of Family Psychology*, *12*(2), 268. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.12.2.268>
- Belsky, J., Lang, M. E., & Rovine, M. (1985). Stability and change in marriage across the transition to parenthood: A second study. *Journal of Marriage and the Family*, *47*(4), 855. <https://doi.org/10.2307/352329>
- Belsky, J., & Pensky, E. (1988). Marital change across the transition to parenthood. *Marriage & Family Review*, *12*(3-4), 133-156. [https://doi.org/10.1300/j002v12n03\\_08](https://doi.org/10.1300/j002v12n03_08)
- Belsky, J., Spanier, G. B., & Rovine, M. (1983). Stability and change in marriage across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, *45*(3), 567. <https://doi.org/10.2307/351661>
- Bereza, E. A., Martins, J. P., Moresco, L., & Zanoni, S. H. (2005). A influência da comunicação no relacionamento conjugal. *Arq. Ciênc. Saúde Unipar*, *9*(1), 31-36.

- Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2016). Relação pais E filhos: Compreendendo o interjogo das relações parentais E coparentais. *Educar em Revista*, (59), 17-33. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.44615>
- Brandth, B., & Kvande, E. (2009). Gendered or gender-neutral care politics for fathers? *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 624(1), 177–189. <https://doi.org/10.1177/0002716209334119>
- Buchanan, C. M., Maccoby, E. E., & Dornbusch, S. M. (1991). Caught between parents: Adolescents' experience in divorced homes. *Child Development*, 62(5), 1008. <https://doi.org/10.2307/1131149>
- Carlson, D. L., Miller, A. J., & Sassler, S. (2018). Stalled for whom? Change in the division of particular housework tasks and their consequences for middle-to low-income couples. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 4, 237802311876586. <https://doi.org/10.1177/2378023118765867>
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of Coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3636-3651. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0172-0>
- Coley, R. L., & Chase-Lansdale, P. L. (1999). Stability and change in paternal involvement among urban African American fathers. *Journal of Family Psychology*, 13(3), 416-435. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.13.3.416>
- Cowan, C. P., Cowan, P. A., Heming, G., Garrett, E., Coysh, W. S., Curtis-Boles, H., & Boles, A. J. (1985). Transitions to parenthood. *Journal of Family Issues*, 6(4), 451-481. <https://doi.org/10.1177/019251385006004004>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd Ed.). Erlbaum.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 1(17), 28-40. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt)
- DeMaris, A., Mahoney, A., & Pargament, K. I. (2013). Fathers' contributions to housework and childcare and parental aggravation among first-time parents. *Fathering*, 11(3), 179-198. <https://doi.org/10.3149/ft.1102.179>
- Doherty, W. J., Kouneski, E. F., & Erickson, M. F. (1998). Responsible fathering: An overview and conceptual framework. *Journal of Marriage and the Family*, 60(2), 277. <https://doi.org/10.2307/353848>
- Edwards, J. N., & Brauburger, M. B. (1973). Exchange and Parent-Youth Conflict. *Journal of Marriage and Family*, 35(1), 101-107. <https://www.jstor.org/stable/351102>
- Elek, S. M., Brage Hudson, D., & Fleck, M. O. (2002). Couples' experiences with fatigue during the transition to parenthood. *Journal of Family Nursing*, 8(3), 221– 240.

- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, *118*(1), 108-132. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.108>
- Escobedo, A., & Wall, K. (2015). Leave policies in Southern Europe: Continuities and changes. *Community, Work & Family*, *18*(2), 218-235. <https://doi.org/10.1080/13668803.2015.1024822>
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting*, *3*(2), 95-131. [https://doi.org/10.1207/s15327922par0302\\_01](https://doi.org/10.1207/s15327922par0302_01)
- Feldman, S. S., & Nash, S. C. (1984). The transition from expectancy to parenthood: Impact of the firstborn child on men and women. *Sex Roles*, *11*(1-2), 61-78. <https://doi.org/10.1007/bf00287441>
- Figley, C. R. (1973). Child density and the marital relationship. *Journal of Marriage and the Family*, *35*(2), 272. <https://doi.org/10.2307/350656>
- Gerson, K. (2010). *Men's Resistance to Equal Sharing. In The unfinished revolution: How a new generation is reshaping family, work, and gender in America* (pp. 189-213). Oxford.
- Goldberg, W. A., & Easterbrooks, M. A. (1984). Role of marital quality in toddler development. *Developmental Psychology*, *20*(3), 504-514. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.20.3.504>
- Goldberg, W. A., Michaels, G. Y., & Lamb, M. E. (1985). Husbands' and wives' adjustment to pregnancy and first parenthood. *Journal of Family Issues*, *6*(4), 483-503. <https://doi.org/10.1177/019251385006004005>
- Gregory, A., & Milner, S. (2011). What is “new” about fatherhood? The social construction of fatherhood in France and the UK. *Men and masculinities*, *14*(5), 588-606. <https://doi.org/10.1177/1097184x11412940>
- Gruszecki, L., Forchuk, C., & Fisher, W. A. (2005). Factors associated with common sexual concerns in women: new findings from the canadian contraception study. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, *14*(1/2), 1-13.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *26*(1), 77-87. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722010000100010>
- Guo, B., & Huang, J. (2005). Marital and sexual satisfaction in Chinese families: Exploring the moderating effects. *Journal of Sex & Marital Therapy*, *31*(1), 21-29. <https://doi.org/10.1080/00926230590475224>
- Harris, K. M., & Morgan, S. P. (1991). Fathers, sons, and daughters: Differential paternal involvement in parenting. *Journal of Marriage and the Family*, *53*(3), 531. <https://doi.org/10.2307/352730>

- Hartmann, M., Gilles, K., Shattuck, D., Kerner, B., & Guest, G. (2012). Changes in couples' communication as a result of a male-involvement family planning intervention. *Journal of Health Communication, 17*(7), 802-819. <https://doi.org/10.1080/10810730.2011.650825>
- Hayes, A. F. (2012). *PROCESS: A versatile computational tool for observed variable mediation, moderation, and conditional process modeling* [White paper]. <http://www.afhayes.com/public/process2012.pdf>
- Hayes, A. F. (2017). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach* (2nd ed.). Guilford Publications.
- Hearn, J., & Pringle, K. (2006). Men, masculinities and children: some European perspectives. *Critical social policy, 26*(2), 365-389. <https://doi.org/10.1177/0261018306062590>
- Heckler, V. I., & Mosmann, C. P. (2016). A qualidade conjugal nos anos iniciais do casamento em casais de dupla carreira. *Psicologia Clínica, 28*(1), 161-182. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=edssci&AN=edssci.S0103.56652016000100009&lang=pt-pt&site=eds-live&scope=site>
- Ingber, S., & Most, T. (2012). Fathers' involvement in preschool programs for children with and without hearing loss. *American Annals of the Deaf, 157*(3), 276-288. <https://doi.org/10.1353/aad.2012.1620>
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens E mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão, 30*(2), 262-275. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932010000200004>
- Jacobs, J., & Kelley, M. (2006). Predictors of paternal involvement in childcare in dual-earner families with young children. *Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice about Men as Fathers, 4*(1), 23-47. <https://doi.org/10.3149/fth.0401.23>
- Jia, R., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2011). Relations between coparenting and father involvement in families with preschool-age children. *Developmental Psychology, 47*(1), 106-118. <https://doi.org/10.1037/a0020802>
- Kadri, N., Mchichi Alami, K. H., & Mchakra Tahiri, S. (2002). Sexual dysfunction in women: Population based epidemiological study. *Archives of Women's Mental Health, 5*(2), 59-63. <https://doi.org/10.1007/s00737-002-0141-7>
- Kerig, P. K. (2005). Revisiting the construct of boundary dissolution. *Journal of Emotional Abuse, 5*(2-3), 5-42. [https://doi.org/10.1300/j135v05n02\\_02](https://doi.org/10.1300/j135v05n02_02)
- Lee, C. S., & Doherty, W. J. (2007). Marital Satisfaction and Father Involvement during the Transition to Parenthood. *Fathering, 5*(2), 75-96. <https://doi.org/10.3149/fth.0502.75>
- Leventhal-Belfer, L., Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (1992). Satisfaction with child care arrangements: Effects on adaptation to parenthood. *American Journal of Orthopsychiatry, 62*(2), 165-177. <https://doi.org/10.1037/h0079331>

- Levy-Shiff, R. (1994). Individual and contextual correlates of marital change across the transition to parenthood. *Developmental Psychology*, 30(4), 591-601. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.30.4.591>
- Lima, J. A. (2008). O tempo e as formas de envolvimento do pai em tarefas de socialização dos filhos em idade pré-escolar. *Infâncias possíveis, mundos reais*.
- Lourenço, M.M.C. (2006). *Casal: Conjugalidade e Ciclo Evolutivo* (dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Luz, S. K., & Mosmann, C. P. (2018). Funcionalidade e comunicação conjugal em diferentes etapas do ciclo de vida. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 21-34.
- MacKinnon, D. P., and Dwyer, J. H. (1993). Estimation of mediated effects in prevention studies. *Evaluation. Review*. 17(2), 144-58. <https://doi.org/10.1177/0193841x9301700202>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marini, M. M. (1980). Effects of the number and spacing of children on marital and parental satisfaction. *Demography*, 17(3), 225. <https://doi.org/10.2307/2061101>
- Maskalan, A. (2016). In the name of the father: A discussion on (new) fatherhood, its assumptions and Obstacles. *Revija za socijalnu politiku*, 23(3), 383-398. <https://doi.org/10.3935/rsp.v23i3.1295>
- Markman, H. J., Rhoades, G. K., Stanley, S. M., Ragan, E. P., & Whitton, S. W. (2010). The premarital communication roots of marital distress and divorce: The first five years of marriage. *Journal of Family Psychology*, 24(3), 289-298. <https://doi.org/10.1037/a0019481>
- Maurer, T. W., & Pleck, J. H. (2006). Fathers' caregiving and breadwinning: A gender congruence analysis. *Psychology of Men & Masculinity*, 7(2), 101-112. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.7.2.101>
- McBride, B. A., & Rane, T. R. (1997). Role identity, role investments, and paternal involvement: Implications for parenting programs for men. *Early Childhood Research Quarterly*, 12(2), 173-197. [https://doi.org/10.1016/s0885-2006\(97\)90013-2](https://doi.org/10.1016/s0885-2006(97)90013-2)
- McBride, B. A., Schoppe, S. J., Ho, M., & Rane, T. R. (2004). Multiple determinants of father involvement: An exploratory analysis using the PSID-CDS data set. In R. D. Day, & M. E. Lamb (Eds.), *Conceptualizing and measuring father involvement* (pp. 321-340). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- McGill, B. S. (2014). Navigating new norms of involved fatherhood: employment, fathering attitudes, and father involvement. *Journal of Family Issues*, 35(8), 1089–1106. <https://doi.org/10.1177/0192513x14522247>

- McGoldrick, M., Preto, N. A. G., & Carter, B. A. (2015). The life cycle in its changing context: individual, family, and social perspectives. In A. Hall (Ed.), *The expanding family life cycle: Individual, family, and social perspectives* (pp. 1-40).
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, *31*(6), 985-996. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985>
- Menezes, C. C., & Lopes, R. D. C. S. (2007). *Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê*. *Psico-USF*, *12*(1), 83-93. <https://doi.org/10.1590/s1413-82712007000100010>
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (2004). El holón parental. In *Técnicas de terapia familiar* (1st ed., p. 32). Paidós.
- Mitnick, D. M., Heyman, R. E., & Slep, A. M. (2009). Changes in Relationship Satisfaction Across the Transition to Parenthood: A Meta-Analysis. *Journal of Family Psychology*, *23*(6), 848-852. <https://doi.org/10.1037/a0017004>
- Monteiro, L., Fernandes, M., Torres, N., & Santos, C. (2017). Father's involvement and parenting styles in Portuguese families. The role of education and working hours. *Análise Psicológica*, *35*(4), 513-528. <https://doi.org/10.14417/ap.1451>
- Monteiro, L., Torres, N., Veríssimo, M., Pessoa e Costa, I., & Freitas, M. (2015). Análise fatorial confirmatória do questionário "O Papel do Pai" numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica*, *33*(1), 113-120. <https://doi.org/10.14417/ap.998>
- Mosmann, C., & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, *10*(2), 79-103. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80212387005>
- Mozzaquatro, C. D., & Arpini, D. M. (2017). Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *37*(4), 923-938. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001242016>
- Norgren, M. D., Souza, R. M., Kaslow, F., Hammerschmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *9*(3), 575-584. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300020>
- Novo, R. M., & Prada, A. R. R. (2015). Retratos do envolvimento paterno com crianças em idade pré-escolar na cidade de Bragança. *EduSer-Revista de educação*, *7*(2), 58-81. <http://dx.doi.org/10.34620/eduser.v7i2.66>
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). McGraw-Hil
- Olson, D. H. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, *22*(2), 144-167. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00144>



- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118. <https://doi.org/10.1590/s0103-56652011000100007>
- Pedulla, D. S., & Thébaud, S. (2015). Can we finish the revolution? Gender, work-family ideals, and institutional constraint. *American sociological review*, 80(1), 116-139. <https://doi.org/10.1177/0003122414564008>
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Petts, R. J., Knoester, C., & Li, Q. (2018). Paid paternity leave-taking in the United States. *Community, Work & Family*, 122. <https://doi.org/10.1080/13668803.2018.1471589>
- Pimenta, M., Veríssimo, M., Monteiro, L., & Costa, I. P. (2010). O envolvimento Paterno de crianças a frequentar o jardim-de-infância. *Análise Psicológica*, 28(4), 565-580. <https://doi.org/10.14417/ap.375>
- Rehel, E. M. (2014). When dad stays home too: Paternity leave, gender, and parenting. *Gender & Society*, 28(1), 110-132. <https://doi.org/10.1177/0891243213503900>
- Rocha, F.A., & Fensterseifer, L. (2019). A função do relacionamento sexual para casais em diferentes etapas do ciclo de vida familiar. *Contextos Clínicos*, 12(2), 560-583. <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.122.08>
- Schneider, A., & Ingram, H. (1993). Social construction of target populations: Implications for politics and policy. *American political science review*, 87(2), 334-347. <https://doi.org/10.2307/2939044>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 389-398. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.3.389>
- Simões, R., Leal, I., & Maroco, J. (2010). *Escala de envolvimento paterno: estudo de validação de um instrumento* (1st ed.). Placebo Editora.
- Tanaka, S., & Waldfogel, J. (2007). Effects of parental leave and work hours on fathers' involvement with their babies: Evidence from the millennium cohort study. *Community, Work and Family*, 10(4), 409-426. <https://doi.org/10.1080/13668800701575069>
- Tremblay, S., & Pierce, T. (2011). Perceptions of fatherhood: Longitudinal reciprocal associations within the couple. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement*, 43(2), 99-110. <https://doi.org/10.1037/a0022635>
- Torres, N., Veríssimo, M., Monteiro, L., Ribeiro, O., & Santos, A. J. (2014). Domains of father involvement, social competence and problem behavior in preschool children. *Journal of Family Studies*, 20(3), 188-203. <https://doi.org/10.1080/13229400.2014.11082006>

- Twenge, J. M., Campbell, W. K., & Foster, C. A. (2003). Parenthood and marital satisfaction: A meta-analytic review. *Journal of Marriage and Family*, *65*(3), 574-583. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2003.00574.x>
- Van Egeren, L. A. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, *25*(5), 453-477. <https://doi.org/10.1002/imhj.20019>
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to Terms with Coparenting: Implications of Definition and Measurement. *Journal of Adult Development*, *11*(3), 165-178. <https://doi.org/10.1023/b:jade.0000035625.74672.0b>
- Williams, J., & MacKinnon, D. P. (2008). Resampling and distribution of the product methods for testing indirect effects in complex models. *Structural Equation Modeling: a multidisciplinary journal*, *15*(1), 23-51. <https://doi.org/10.1080/10705510701758166>